

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 23/2025****UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 2.899/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Equipe de Planejamento:** Ana Caroline Santini, Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima
- **Data de Elaboração:** 7/10/2025

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A ausência de instrumentos de planejamento integrados e atualizados nas políticas públicas municipais representa um dos principais entraves à consolidação de uma gestão social eficiente, transparente e orientada por resultados. No contexto da administração pública contemporânea, os planos municipais são o eixo estruturante da gestão, pois possibilitam o diagnóstico, a definição de metas, a racionalização de recursos e a avaliação de políticas públicas a médio e longo prazo. No entanto, o Município de Dois Vizinhos, assim como grande parte dos municípios brasileiros de porte médio, enfrenta um cenário em que muitos desses instrumentos encontram-se desatualizados, desarticulados entre si ou, em alguns casos, inexistentes. Essa lacuna compromete diretamente a execução das políticas de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa com Deficiência, que carecem de um planejamento estruturado, técnico e participativo capaz de orientar as ações municipais e garantir o alinhamento às normativas federais e estaduais.

A política de Assistência Social, regida pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), determina que cada ente federado mantenha um Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) atualizado, de modo a orientar a execução dos serviços socioassistenciais e a alocação de recursos, observando as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tal plano tem vigência quadrienal e constitui-se como o principal instrumento de gestão da política no âmbito local, funcionando como base para o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Quando o município não dispõe de um plano atualizado e validado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, ocorre um comprometimento da coerência entre o planejamento e a execução orçamentária, o que impacta negativamente na capacidade de alcançar as metas sociais, de captar recursos estaduais e federais e de garantir a efetividade dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

Paralelamente, a inexistência ou a defasagem do Plano Decenal de Assistência Social priva o município de um horizonte estratégico de longo prazo. Esse plano,



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

previsto pelas resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), é o instrumento que projeta o desenvolvimento da política de assistência social para um período de dez anos, articulando diretrizes intersetoriais, metas graduais e indicadores de impacto. Sua ausência significa a limitação do planejamento à lógica imediatista dos ciclos de gestão administrativa, o que impede a consolidação de políticas públicas sustentáveis e contínuas. Sem ele, o município fica sujeito à descontinuidade de programas, à fragmentação das ações e à dificuldade de mensurar resultados e evoluções na rede socioassistencial.

A carência de planejamento também se estende a grupos populacionais historicamente vulnerabilizados e que demandam políticas específicas, como as pessoas com deficiência. O Brasil, signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), assumiu o compromisso de promover a plena inclusão e participação social dessas pessoas, o que implica, em nível municipal, a formulação de planos que estabeleçam metas concretas de acessibilidade, inclusão educacional, empregabilidade, saúde, mobilidade e cultura. No entanto, a inexistência de um Plano Municipal da Pessoa com Deficiência impede o mapeamento sistemático das barreiras urbanísticas, atitudinais e institucionais, e priva o município de um instrumento de gestão intersetorial que possibilite o acompanhamento e a integração das políticas de inclusão. Essa lacuna tem consequências diretas para a cidadania, pois restringe a capacidade de resposta do poder público diante das demandas específicas desse segmento e limita a execução de ações coordenadas entre as secretarias de saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e cultura.

No mesmo sentido, a ausência de um Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fragiliza o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) no município. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 86, estabelece que a política de atendimento deve ser realizada de forma articulada, com planos e ações integradas entre as diferentes áreas governamentais e a sociedade civil. Sem um plano que consolide o diagnóstico local, os eixos de atuação, as metas e os indicadores, torna-se difícil assegurar a efetividade da proteção integral e a articulação entre órgãos como o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a rede de ensino, a rede de saúde e os serviços socioassistenciais. A inexistência de diretrizes claras também prejudica o trabalho do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que, sem um documento de referência, enfrenta obstáculos para deliberar, fiscalizar e planejar o uso dos recursos vinculados, como os provenientes do Fundo da Infância e Adolescência (FIA).

Essas quatro ausências, a saber: do Plano Municipal de Assistência Social, do Plano Decenal de Assistência Social, do Plano da Pessoa com Deficiência e do Plano dos Direitos da Criança e do Adolescente, representam, portanto, uma fragilidade estrutural na governança das políticas sociais do município. Elas comprometem a articulação entre programas, a definição de prioridades, a transparência na aplicação de recursos e a mensuração de resultados. Na perspectiva do interesse público, o problema a ser resolvido não se limita à produção de documentos técnicos, mas sim à necessidade de reconstruir a base de planejamento das políticas sociais locais, estabelecendo metas



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

objetivas, mensuráveis e coerentes com as realidades do território e as diretrizes nacionais.

A inexistência de tais instrumentos repercute de forma direta na população. A assistência social sem planejamento tende a operar de modo reativo, respondendo apenas a emergências ou demandas pontuais, sem capacidade de antecipação ou de estruturação de políticas preventivas. Isso acentua desigualdades, enfraquece a rede de proteção e dificulta a integração de dados e ações. Na política da pessoa com deficiência, a falta de planejamento impede o monitoramento da acessibilidade dos espaços públicos, da oferta de serviços especializados e da inclusão educacional e laboral. Já na política da criança e do adolescente, a ausência de um plano atualizado compromete o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção à violação de direitos e de promoção do desenvolvimento integral, prejudicando a atuação coordenada entre órgãos do SGD.

Outro aspecto fundamental é o impacto na captação de recursos. As esferas federal e estadual, por meio de secretarias e conselhos, exigem dos municípios a apresentação de planos vigentes e aprovados para a liberação de repasses, celebração de convênios e adesão a programas estratégicos. Assim, a inexistência ou desatualização desses instrumentos restringe o acesso do município a novas fontes de financiamento, dificultando a ampliação e a qualificação dos serviços públicos. Sem planejamento formal, as propostas enviadas a entes superiores carecem de fundamentação técnica, o que limita a competitividade de Dois Vizinhos na busca por recursos e parcerias institucionais.

A perspectiva da gestão pública moderna também demanda integração intersetorial. O enfrentamento das vulnerabilidades sociais, das barreiras de acessibilidade e das violações de direitos da infância e juventude não se resolve em uma única secretaria, exigindo articulação entre diferentes áreas, assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, esporte e planejamento urbano. Essa articulação, no entanto, só é possível quando os planos setoriais são concebidos de forma alinhada, com metas convergentes e instrumentos de monitoramento compartilhados. O vácuo atual de planejamento impede essa sinergia, resultando em ações fragmentadas, sobreposição de iniciativas e uso ineficiente de recursos públicos.

Do ponto de vista institucional, a ausência de planos formalizados também compromete a transparência e o controle social. Os conselhos municipais, CMAS, CMDCA e Conselho da Pessoa com Deficiência, têm como uma de suas principais funções acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas, mas sem planos com metas e indicadores definidos, essa função torna-se limitada. O controle social perde base documental, e o cidadão deixa de ter acesso a informações claras sobre o que o município pretende realizar em cada área, quais os prazos e quais os resultados esperados. Em termos de governança pública, isso significa fragilidade na prestação de contas e na credibilidade das ações governamentais.

Do ponto de vista sociológico e psicológico, há ainda um impacto simbólico e coletivo importante. A ausência de instrumentos de planejamento é percebida pela população e pelos próprios servidores como sinal de descontinuidade, imprevisto e falta de visão de futuro. A consolidação de planos municipais, por outro lado, gera pertencimento,



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

engajamento e confiança institucional. Ao definir metas concretas e partilhadas, o poder público cria um pacto coletivo de corresponsabilidade, fortalecendo o tecido social e a identidade comunitária. Esse processo é particularmente relevante em cidades como Dois Vizinhos, cuja população, de aproximadamente 50 mil habitantes, apresenta crescente diversidade social, cultural e econômica, demandando respostas integradas, atualizadas e sensíveis às especificidades locais.

Do ponto de vista jurídico e administrativo, o problema se traduz em risco de descumprimento de obrigações legais e normativas. A legislação federal que rege cada uma dessas políticas determina a elaboração e atualização periódica de planos municipais. No caso da assistência social, a Resolução CNAS nº 18/2012 torna obrigatória a elaboração do Plano Decenal e a revisão do Plano Municipal a cada quatro anos. Na política da pessoa com deficiência, o Decreto nº 10.415/2020, que institui a Estratégia Nacional de Educação Inclusiva, reforça a responsabilidade dos entes federados em promover instrumentos de planejamento locais. Já o ECA e as Resoluções do CONANDA estabelecem a necessidade de planos municipais como base para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos. A ausência desses instrumentos, portanto, configura não apenas uma deficiência técnica, mas um descumprimento potencial de deveres legais, o que pode comprometer a regularidade de transferências voluntárias e a habilitação do município em programas federais.

Outro problema relevante é a falta de sistematização e análise de dados locais. As políticas públicas eficazes dependem de diagnósticos baseados em evidências, que reúnam informações sobre perfil socioeconômico, escolaridade, saúde, trabalho, moradia e vulnerabilidades sociais. A inexistência de planos atualizados faz com que cada secretaria produza dados isolados, sem integração, sem metodologia padronizada e sem indicadores de acompanhamento longitudinal. Essa fragmentação de informações compromete tanto o planejamento quanto a avaliação de resultados, dificultando a mensuração do impacto das políticas e o aperfeiçoamento das ações.

Portanto, o problema público central está na carência de instrumentos técnicos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais do município. Essa carência impede a definição de prioridades com base em dados objetivos, compromete a integração intersetorial, dificulta a execução orçamentária planejada, limita o controle social e enfraquece a capacidade institucional da administração municipal. A atualização e elaboração dos planos municipais constituem, nesse contexto, uma necessidade pública essencial, diretamente vinculada à promoção dos direitos sociais, à gestão democrática e à eficiência administrativa, princípios constitucionais que regem a administração pública (art. 37 da Constituição Federal).

Sob a ótica do interesse público, a existência de planos integrados e participativos é condição indispensável para a consolidação de uma política pública municipal voltada ao desenvolvimento humano, à inclusão social e à redução das desigualdades. O problema, portanto, não se resume à ausência documental, mas à falta de um sistema de planejamento estruturado e articulado que garanta a continuidade das ações sociais e o alinhamento do município às políticas estaduais, nacionais e internacionais. Essa lacuna afeta diretamente a qualidade de vida da população, o acesso a direitos, a eficiência da gestão e a credibilidade institucional da administração pública.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Em síntese, a necessidade aqui identificada consiste na superação da fragilidade estrutural de planejamento e de gestão nas políticas públicas sociais do município de Dois Vizinhos, expressa na inexistência ou desatualização dos planos que orientam as ações de Assistência Social, de atenção à Pessoa com Deficiência e de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Trata-se de um problema que atinge simultaneamente dimensões técnicas, legais, administrativas e humanas, e cuja resolução é essencial para assegurar a coerência entre diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das políticas públicas locais, fortalecendo o papel do município na garantia de direitos e na promoção do bem-estar coletivo.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Diante da necessidade já demonstrada de dotar o Município de Dois Vizinhos de instrumentos técnicos de planejamento para as políticas públicas de assistência social, de atenção à pessoa com deficiência e de garantia dos direitos da criança e do adolescente, torna-se indispensável realizar uma análise cuidadosa sobre as alternativas disponíveis para o atendimento desse problema, avaliando os aspectos técnicos, econômicos e administrativos que envolvem cada uma delas. Essa análise visa fundamentar, de maneira criteriosa e transparente, a escolha da forma mais adequada, eficiente e vantajosa para a administração pública municipal, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133 de 2021.

A primeira alternativa considerada seria a execução direta pelos próprios servidores municipais, por meio das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania e dos conselhos municipais correlatos. Em tese, essa alternativa poderia representar uma economia de recursos, uma vez que utilizaria o corpo técnico já existente. No entanto, essa hipótese se mostra inviável diante da realidade institucional do município. Os servidores da Secretaria de Assistência Social estão integralmente comprometidos com a execução das atividades cotidianas dos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social, como os Centros de Referência de Assistência Social, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que funcionam em regime de porta aberta, atendendo diariamente situações emergenciais e demandas espontâneas da população. Esses serviços exigem presença constante e atendimento imediato dos profissionais, o que impossibilita a dedicação necessária à elaboração de planos técnicos de gestão de grande complexidade.

Além da sobrecarga funcional, observa-se que o município ainda não dispõe de número suficiente de servidores com capacitação técnica específica em planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. A ausência de cursos e especializações voltados à formação de planejadores públicos é um reflexo direto da rotina intensa de trabalho e da falta de tempo dos profissionais para buscar aperfeiçoamento. Mesmo os servidores que demonstram interesse em formação continuada enfrentam dificuldades para se ausentar de suas funções, pois os equipamentos socioassistenciais dependem de suas presenças para o funcionamento



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

regular. O resultado é uma carência de conhecimentos técnicos sobre metodologias de diagnóstico territorial, elaboração de indicadores, formulação de metas e avaliação de resultados, que inviabiliza a produção de documentos estratégicos de forma autônoma pela equipe municipal.

Outro ponto relevante é que a vigilância socioassistencial, componente essencial do Sistema Único de Assistência Social, foi apenas recentemente formalizada no município, encontrando-se em processo de estruturação e fortalecimento institucional. Essa vigilância, responsável pela análise e sistematização de informações territoriais e socioassistenciais, ainda está consolidando seus métodos de trabalho, bancos de dados e instrumentos de monitoramento. Embora ainda não possua estrutura plena para conduzir a elaboração integral de planos municipais complexos, essa unidade técnica desempenhará papel importante no acompanhamento dos trabalhos, garantindo que os dados coletados e as análises realizadas pela empresa contratada estejam de acordo com a realidade local e com os parâmetros técnicos nacionais. A vigilância, portanto, acompanhará todo o processo de elaboração, participando das discussões, revisando os produtos e validando as informações de modo a fortalecer o caráter técnico e participativo dos planos.

A segunda alternativa considerada seria a celebração de convênios ou parcerias com universidades ou instituições de ensino superior, públicas ou privadas, que possuam cursos voltados às áreas de gestão pública, ciências sociais, serviço social ou políticas públicas. Essa opção poderia agregar uma visão metodológica e acadêmica ao processo de elaboração dos planos, além de potencialmente reduzir custos diretos. Contudo, essa alternativa se mostra de difícil operacionalização devido aos trâmites burocráticos e aos prazos que envolvem a formalização de convênios e acordos de cooperação. Além disso, as universidades, por meio de projetos de extensão, geralmente possuem foco pedagógico e não garantem a entrega de produtos finais com formato normativo e estrutura exigida pelos órgãos de controle, como planos revisados, padronizados e aptos à aprovação nos conselhos municipais. A experiência de outros municípios demonstra que, apesar da relevância dessas parcerias, elas raramente resultam em documentos técnicos finalizados que possam ser incorporados aos instrumentos de planejamento e gestão administrativa do município.

Uma terceira alternativa possível seria a contratação direta por inexigibilidade de licitação, conforme o artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133 de 2021, fundamentada na notória especialização da empresa e na inviabilidade de competição. Essa modalidade poderia ser considerada se existisse apenas uma empresa capaz de realizar o serviço de forma comprovadamente singular, com reconhecimento técnico e metodológico consolidado. No entanto, após análise de mercado e consulta a processos recentes em municípios vizinhos, constatou-se que há ampla oferta de empresas especializadas na elaboração de planos municipais de assistência social, planos da pessoa com deficiência e planos dos direitos da criança e do adolescente. Municípios como Marmeleiro, Nova Prata do Iguaçu e Saudade do Iguaçu realizaram contratações semelhantes por meio de dispensa eletrônica ou pregão eletrônico, obtendo boa participação de empresas e valores competitivos. Assim, ficou evidente que existe mercado ativo e concorrencial nesse segmento, o que afasta a possibilidade de



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

contratação por inexigibilidade em razão da não caracterização de inviabilidade de competição.

A quarta alternativa considerada foi a realização de processo de dispensa eletrônica de licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021. Essa modalidade seria possível se o valor estimado da contratação se enquadrasse nos limites legais, porém apresenta desvantagens em termos de competitividade e vantajosidade. Embora seja um procedimento mais ágil, a dispensa tende a restringir o número de participantes, reduzindo a amplitude da disputa e, consequentemente, os benefícios econômicos que decorrem da concorrência. Além disso, o conjunto do objeto, composto por quatro planos distintos e de escopo considerável, provavelmente ultrapassará o limite de valor permitido para a dispensa, tornando essa modalidade inadequada sob o ponto de vista jurídico e operacional.

Após análise das alternativas apresentadas, a equipe de planejamento avaliou que a opção mais adequada e vantajosa é a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento por menor preço por item, de forma a permitir ampla competitividade e economicidade à administração pública municipal. O pregão eletrônico, conforme previsto no artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021, é a modalidade mais indicada para bens e serviços comuns e para serviços técnicos padronizáveis em seus resultados, garantindo maior transparência e participação de interessados. Nesse tipo de procedimento, há ampla publicidade, disputa em tempo real entre licitantes e redução significativa dos valores praticados em relação às estimativas iniciais, o que promove vantajosidade ao município.

A escolha dessa modalidade é reforçada pelo fato de que o objeto, embora técnico e de natureza intelectual, possui características padronizáveis e comparáveis entre si. Os planos a serem elaborados obedecem a parâmetros nacionais, metodologias públicas e normas estabelecidas pelos respectivos conselhos e ministérios, o que permite a formulação de um termo de referência com critérios objetivos de execução, de qualidade e de entrega. Dessa forma, o pregão eletrônico possibilita a seleção de proposta vantajosa sem prejuízo à qualidade técnica dos produtos, conciliando eficiência administrativa e economicidade.

Outro aspecto relevante é que o pregão eletrônico, ao contrário da inexigibilidade, assegura ampla disputa e evita questionamentos jurídicos posteriores. Além disso, possibilita que cada plano seja licitado como item individual, permitindo a contratação da empresa mais vantajosa para cada item, conforme a especialização técnica apresentada, sem necessidade de vincular o conjunto dos quatro planos a um único fornecedor. Isso aumenta a eficiência do processo, amplia as oportunidades de participação de microempresas e empresas de pequeno porte e contribui para a pulverização de fornecedores, de acordo com os princípios da nova Lei de Licitações.

Do ponto de vista institucional, a adoção do pregão eletrônico também se mostra benéfica. A contratação de empresa especializada permitirá que os servidores municipais concentrem seus esforços na manutenção dos serviços e programas de atendimento à população, sem sobrecarga de tarefas incompatíveis com a rotina operacional. Ao mesmo tempo, a equipe técnica municipal participará ativamente do processo, especialmente por meio da vigilância socioassistencial, que acompanhará



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

todas as etapas, revisará diagnósticos, conferirá metodologias e contribuirá com a contextualização territorial e social. Esse formato garante a transferência de conhecimento técnico e metodológico à equipe municipal, fortalecendo a capacidade local de planejamento e de monitoramento das políticas públicas.

Do ponto de vista econômico, o pregão eletrônico representa a modalidade com maior potencial de vantagem financeira. A disputa pública e aberta entre licitantes promove redução de preços, transparência nos lances e ampla concorrência, o que se traduz em economia para o município. O histórico de contratações similares em cidades da região demonstra que, quando realizados por pregão, os valores finais tendem a ser significativamente inferiores aos orçados, sem prejuízo da qualidade técnica do trabalho. Essa experiência reforça a adequação do pregão eletrônico como instrumento capaz de aliar eficiência, competitividade e segurança jurídica.

Dessa forma, a análise comparativa das alternativas permite concluir que a execução direta pelos servidores municipais é inviável devido à insuficiência de pessoal capacitado e à sobrecarga de trabalho nos equipamentos da assistência social, que funcionam em regime de porta aberta e demandam dedicação integral ao atendimento da população. As parcerias com universidades, embora academicamente enriquecedoras, não garantem a entrega final dos produtos dentro dos padrões técnicos exigidos. A inexigibilidade de licitação não se aplica pela existência de mercado competitivo, e a dispensa eletrônica não assegura a amplitude necessária de participantes nem a vantagem esperada. O pregão eletrônico, portanto, reúne todas as condições técnicas, jurídicas e econômicas para atender ao interesse público, garantindo transparência, competitividade e redução de custos para a administração municipal.

Diante dessas considerações, a equipe de planejamento conclui que a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico é a alternativa mais adequada e vantajosa, pois assegura a ampla participação de empresas especializadas, a obtenção de preços competitivos, a qualidade técnica dos produtos e a economicidade na aplicação dos recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento institucional e para a efetividade das políticas públicas municipais.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) (justificar)

Não () (justificar)

Justifica-se, pois a natureza do objeto, prestação de serviços técnicos de elaboração de planos municipais, é compatível com as atividades permitidas no regime tributário do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006. As microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadram nesse regime podem participar do certame e usufruir dos benefícios fiscais e procedimentais previstos em lei, desde que exerçam atividades constantes do Anexo III ou do Anexo IV da referida legislação e atendam às demais condições exigidas pela Receita Federal. Ressalta-se que a adoção



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

do Simples Nacional não restringe a competitividade nem interfere na capacidade técnica das licitantes, sendo plenamente possível a participação de empresas optantes pelo regime simplificado, em igualdade de condições com as demais concorrentes.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Considerando a diversidade de naturezas, especificidades técnicas e finalidades de cada plano a ser elaborado, optou-se pelo parcelamento do objeto da licitação em quatro itens distintos, correspondentes a cada plano municipal. Essa decisão está amparada no princípio da economicidade e da vantajosidade para a administração pública, previsto no artigo 11, inciso I, e no artigo 18, parágrafo primeiro, inciso VIII, da Lei nº 14.133 de 2021, que permite o parcelamento do objeto sempre que sua divisão resultar em melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e em ampliação da competitividade entre os potenciais licitantes.

O parcelamento foi definido de forma técnica e justificada, uma vez que cada plano possui finalidade própria, marcos legais distintos e metodologias específicas de elaboração, exigindo abordagens e equipes com diferentes especializações. O Plano Municipal de Assistência Social tem caráter quadrienal e orienta a gestão da política pública de assistência social no âmbito local, demandando análise detalhada da rede socioassistencial, fluxos de atendimento e estrutura administrativa do Sistema Único de Assistência Social. O Plano Decenal de Assistência Social possui natureza prospectiva e estratégica, voltada à projeção de metas de longo prazo e à consolidação da política pública em perspectiva de dez anos, exigindo competências técnicas específicas em planejamento territorial e construção de indicadores de impacto.

Já o Plano Municipal da Pessoa com Deficiência apresenta uma natureza distinta das anteriores, voltada à garantia de direitos humanos, acessibilidade, inclusão e promoção da cidadania das pessoas com deficiência, conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão. Esse plano requer metodologias próprias de levantamento de dados e análise de barreiras urbanísticas, comunicacionais e atitudinais, além de articulação intersetorial com as áreas de educação, saúde, infraestrutura, cultura e trabalho. Por sua vez, o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui o instrumento de planejamento do Sistema de Garantia de Direitos, com foco em proteção integral, convivência familiar e comunitária, e fortalecimento das instâncias de controle social, demandando abordagem técnico-metodológica específica e uso de bases de dados como SINASE, IBGE, CadÚnico, CRAS e CREAS.



A elaboração conjunta de todos os planos como um único item, em formato global, não seria adequada, pois concentraria o objeto em uma única empresa, restringindo a competitividade e possivelmente elevando o custo total do processo. Essa centralização poderia afastar empresas especializadas em apenas um dos eixos temáticos e reduzir a diversidade de propostas técnicas, o que contraria o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Ao parcelar o objeto conforme a natureza de cada plano, o município amplia a participação de empresas com experiências específicas, qualificando o processo licitatório e garantindo maior adequação técnica aos resultados esperados.

O parcelamento também favorece a economicidade e a eficiência administrativa, pois possibilita a contratação da proposta mais vantajosa para cada plano, considerando o custo-benefício, a experiência e a metodologia ofertada por cada licitante. Essa medida evita a vinculação obrigatória de todos os itens a um único fornecedor, permitindo que diferentes empresas, especializadas em áreas distintas, possam apresentar propostas técnicas e econômicas de melhor qualidade e menor preço. A divisão do objeto preserva ainda a coerência administrativa, pois, embora os planos se relacionem entre si em âmbito estratégico, cada um possui escopo independente e poderá ser executado paralelamente, sem prejuízo à integração final das informações.

Outro fator que justifica o parcelamento é o atendimento ao princípio da isonomia, garantindo condições equitativas de participação para microempresas e empresas de pequeno porte que, muitas vezes, não dispõem de estrutura para assumir contratos amplos e complexos, mas possuem qualificação técnica para desenvolver um dos planos de forma especializada. Essa divisão do objeto amplia a competitividade e cumpre a função social das contratações públicas, promovendo a desconcentração de oportunidades e o fortalecimento do mercado local e regional.

Do ponto de vista técnico e operacional, o parcelamento possibilita o acompanhamento e fiscalização mais eficiente da execução contratual. Cada plano possui prazos, cronogramas e produtos específicos, o que torna mais clara a definição das metas e das responsabilidades de cada contratado, facilitando o controle técnico por parte da Secretaria de Assistência Social e da Vigilância Socioassistencial. Essa estrutura segmentada de acompanhamento favorece a transparência, o monitoramento do desempenho e a entrega tempestiva dos produtos finais, evitando a sobreposição de etapas e a confusão de responsabilidades.

Sob a ótica do planejamento, o parcelamento não compromete a integração entre as políticas públicas, uma vez que os quatro planos, embora autônomos, serão acompanhados pela mesma equipe técnica municipal e orientados por uma coordenação única, garantindo a coerência entre os eixos de diagnóstico, metas e estratégias. Ao final do processo, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania e a Vigilância Socioassistencial promoverão a articulação dos resultados, de modo que os planos se complementem em uma visão sistêmica do território e das políticas sociais do município.

Dessa forma, o parcelamento do objeto atende plenamente aos princípios da eficiência, economicidade, isonomia e competitividade, assegurando à administração pública municipal a obtenção de propostas mais vantajosas, o fortalecimento da



qualidade técnica dos produtos e a ampliação do número de participantes no certame. A divisão do objeto em quatro itens distintos foi, portanto, uma decisão fundamentada na natureza técnica específica de cada plano e na busca pela melhor aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a legislação vigente e com o interesse público que orienta todas as contratações municipais.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidades foi definida de forma precisa e proporcional ao objeto a ser contratado, considerando a natureza técnica e a individualidade de cada plano municipal. Como se trata de serviços de elaboração de documentos estratégicos, cada plano constitui um item independente, sendo estimada a quantidade unitária para cada um deles, conforme segue:

Item 1 – Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social: 1 (um) serviço.

Item 2 – Elaboração do Plano Decenal de Assistência Social: 1 (um) serviço.

Item 3 – Elaboração do Plano Municipal da Pessoa com Deficiência: 1 (um) serviço.

Item 4 – Elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: 1 (um) serviço.

As quantidades foram determinadas com base na demanda concreta da Secretaria de Assistência Social e Cidadania e nos prazos de vigência e revisão legal de cada plano.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto a empresas especializadas na área de assistência social e elaboração de planos municipais, bem como pela análise de processos licitatórios similares realizados por municípios da região sudoeste do Paraná, que contrataram serviços de natureza equivalente para a elaboração de planos de assistência social, planos decenais, planos da pessoa com deficiência e planos municipais de direitos da criança e do adolescente.

A composição dos valores considerou as especificidades técnicas, a metodologia participativa exigida, a complexidade de cada plano e o tempo necessário à sua execução. O valor unitário estimado para a elaboração de cada plano foi calculado a partir da média das três menores cotações compatíveis obtidas, resultando em estimativas de R\$ 11.200,00 para o Plano Municipal de Assistência Social, R\$ 11.200,00 para o Plano Decenal de Assistência Social, R\$ 7.000,00 para o Plano Municipal da Pessoa com Deficiência e R\$ 11.200,00 para o Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A soma dos valores estimados totaliza R\$ 40.600,00 (quarenta mil e seiscentos reais). Esses valores refletem a média de mercado praticada para serviços dessa



natureza e porte, garantindo coerência entre o custo estimado e a complexidade técnica envolvida, observando os parâmetros de economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133 de 2021.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Risco identificado	Dano potencial	Ações preventivas	Ações de contingência
Entrega de produtos com qualidade inferior ao exigido	Comprometimento técnico do plano e necessidade de refaça	Exigência de atestado de capacidade técnica e acompanhamento contínuo da execução pela Vigilância Socioassistencial	Solicitar reformulação do produto e aplicar sanções contratuais previstas
Atraso na entrega dos produtos finais	Prejuízo ao cronograma de aprovação e implementação dos planos	Definição de cronograma detalhado em contrato e monitoramento periódico pela Secretaria	Aplicação de penalidades contratuais e readequação do cronograma
Falhas de comunicação entre contratada e equipe técnica municipal	Dificuldade de alinhamento metodológico e perda de informações relevantes	Reuniões quinzenais de alinhamento técnico e relatórios parciais de acompanhamento	Intervenção da gestão contratual para restabelecimento da comunicação e ajustes imediatos
Descontinuidade do contrato por desistência da contratada	Interrupção da execução e atraso na entrega dos planos	Verificação prévia da capacidade financeira e operacional da empresa vencedora	Convocação da empresa seguinte classificada ou abertura de novo processo licitatório
Mudanças na equipe técnica municipal durante a execução	Dificuldade de continuidade no acompanhamento dos trabalhos	Designação prévia de fiscais e suplentes administrativos e técnicos	Redistribuição imediata das atribuições e registro formal das transições



7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução adotada consiste na realização de processo licitatório para contratação de empresa ou empresas especializadas na elaboração de quatro planos municipais: Plano Municipal de Assistência Social, Plano Decenal de Assistência Social, Plano Municipal da Pessoa com Deficiência e Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A execução desses serviços contempla a elaboração técnica, o diagnóstico situacional, o levantamento de dados e indicadores, a definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias, e a produção dos documentos finais revisados e diagramados em formato físico e digital. Os trabalhos deverão ser desenvolvidos com base nas normativas federais e estaduais aplicáveis a cada política pública e conduzidos de forma participativa, envolvendo as equipes técnicas municipais, os conselhos de controle social e a população usuária dos serviços.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania, por meio da Vigilância Socioassistencial, acompanhará e supervisionará a execução dos serviços, garantindo a adequação técnica e metodológica de cada produto. A contratada deverá observar os prazos estabelecidos, apresentar relatórios parciais e entregar todos os produtos finais conforme as especificações técnicas definidas no termo de referência. Essa solução permitirá a consolidação dos instrumentos de planejamento das políticas sociais do município, fortalecendo a capacidade institucional da gestão pública e assegurando a coerência entre diagnóstico, metas e resultados esperados para o aprimoramento das políticas de proteção social e garantia de direitos.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Requisitos de execução:

a) A contratada deverá ainda prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, cumprir as normas legais aplicáveis, observar as orientações da administração municipal e entregar os produtos de acordo com o cronograma, especificações e metodologias definidas no termo de referência.

b) Caberá à contratada garantir a qualidade técnica dos documentos e sua adequação às diretrizes nacionais e estaduais, bem como atender às solicitações de ajustes ou complementações que se façam necessárias durante o acompanhamento dos trabalhos.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do profissional indicado para a execução de atividades compatíveis com o objeto da licitação

b) Certidão negativa de falência, concordata, insolvência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão há menos de 180 dias da data fixada para a entrega das propostas, conforme previsto no art. 69, inciso II da Lei nº 14.133/2021.



c) Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios sociais e demais demonstrações contábeis, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um)

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)

As exigências constantes deste Estudo Técnico Preliminar visam assegurar que a futura contratação ocorra em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica, garantindo que a empresa vencedora possua condições técnicas e financeiras adequadas para a execução do objeto licitado. A seguir, apresentam-se as justificativas para cada uma das exigências definidas no termo de referência e no edital.

A exigência de apresentação de atestado ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a aptidão do profissional indicado para a execução de atividades compatíveis com o objeto da licitação fundamenta-se na necessidade de garantir que os serviços contratados sejam realizados por profissionais qualificados e experientes. O objeto em questão envolve a elaboração de documentos técnicos de planejamento governamental, cuja execução requer conhecimento aprofundado das legislações e normativas específicas das políticas públicas de assistência social, dos direitos da pessoa com deficiência e dos direitos da criança e do adolescente. Dessa forma, a exigência de atestados assegura que os trabalhos sejam conduzidos por profissionais com experiência comprovada, evitando o risco de contratação de pessoas ou empresas sem experiência prévia e que possam comprometer a qualidade técnica e a validade institucional dos planos. Trata-se de uma medida essencial para garantir a fidedignidade dos produtos entregues e a efetividade dos resultados esperados pela administração pública.

Em relação à qualificação econômico-financeira, exige-se a apresentação de Certidão negativa de falência, concordata, insolvência ou recuperação judicial e do balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais e das demais demonstrações contábeis, comprovando índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral superiores a um. Ainda que a equipe de planejamento reconheça que, dada a natureza do objeto e a forma de contratação, seria possível entender que a exigência poderia ser dispensada, uma vez que se trata de serviço técnico por escopo e de baixo valor, a Procuradoria Jurídica do Município já se manifestou reiteradas vezes no sentido de que a Lei nº 14.133 de 2021 é taxativa quanto à obrigatoriedade dessa documentação, admitindo dispensa apenas nas hipóteses expressas no artigo 70, inciso III. Assim, em observância ao princípio da legalidade e em respeito às orientações já consolidadas pela assessoria jurídica municipal, optou-se por exigir os documentos de qualificação econômico-financeira pertinentes, ainda que se trate de contratação de natureza técnica e de escopo definido. Essa exigência resguarda a conformidade do processo, reforça a



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

credibilidade da licitação e previne questionamentos futuros por parte dos órgãos de controle, assegurando que a empresa contratada possua condições financeiras estáveis para cumprir integralmente o objeto contratual.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Considerando a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços técnicos especializados de elaboração de planos municipais de políticas públicas, não se identificam impactos ambientais diretos ou significativos decorrentes da execução contratual. Trata-se de atividade desenvolvida em ambiente administrativo, sem utilização de recursos naturais, geração de resíduos ou consumo intensivo de energia e materiais. Assim, o impacto ambiental é considerado mínimo e restrito a eventuais emissões indiretas relacionadas ao uso de equipamentos eletrônicos e à impressão dos documentos finais.

Ainda assim, a administração pública municipal adota critérios de sustentabilidade compatíveis com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as diretrizes do desenvolvimento sustentável previstas no artigo 225 da Constituição Federal e no artigo 25 da Lei nº 14.133 de 2021. Recomenda-se que a contratada adote medidas mitigadoras, como a preferência por meios eletrônicos na elaboração e tramitação dos documentos, a utilização de papel reciclado ou certificado para impressões necessárias e a redução do consumo de energia e de materiais de escritório. O documento final deverá ser entregue obrigatoriamente em formato digital, de modo a priorizar a economia de recursos e a preservação ambiental.

Em atendimento às orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e da Cartilha de como inserir critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, anexos à pasta de documentos auxiliares do município, deverão ser observados os seguintes princípios: preferência por produtos e materiais de baixo impacto ambiental; não geração, redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada dos resíduos sólidos; opção por insumos duráveis e reparáveis; observância às normas técnicas da ABNT e aos regulamentos do Conmetro e Inmetro quanto à segurança, durabilidade e qualidade dos materiais utilizados; e adequação das embalagens para transporte e armazenamento, priorizando o uso de materiais recicláveis e o menor volume possível.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Pretende-se, ao final da execução, dispor de quatro instrumentos técnicos de planejamento válidos, atuais e mutuamente coerentes, aptos a orientar a gestão municipal nas áreas de assistência social, direitos da criança e do adolescente e inclusão da pessoa com deficiência. Cada plano deverá conter diagnóstico consistente, linha de base de indicadores, objetivos, metas e estratégias alinhados ao PPA, LDO e LOA, além de mecanismos de monitoramento e avaliação periódica. O resultado material imediato é a existência de documentos finalísticos revisados, aprovados pelos



respectivos conselhos de controle social e publicados em meio digital e físico, com padronização gráfica e metodológica suficiente para permitir sua execução e acompanhamento ao longo das vigências estabelecidas. O resultado institucional mais relevante é a consolidação de um ciclo de planejamento público baseado em evidências, com processos e rotinas que conectem diagnóstico, priorização, orçamento, execução e avaliação.

Do ponto de vista da governança, espera-se o fortalecimento da coordenação intersetorial entre assistência social, saúde, educação, planejamento urbano, cultura, esporte e trabalho, superando a fragmentação de iniciativas e qualificando fluxos de referência e contrarreferência. O conjunto dos planos deverá instituir e detalhar foros de articulação e ritmos de trabalho entre secretarias e conselhos, com calendários de revisão intermediária, definição de responsabilidades institucionais e canais de comunicação para pactuação técnica, reduzindo sobreposições, lacunas e conflitos de competência. Como resultado, a tomada de decisão tenderá a tornar-se mais transparente, previsível e orientada por metas pactuadas, o que melhora a eficiência administrativa e a legitimidade social das escolhas de política pública.

No campo da gestão por resultados, o efeito pretendido é a adoção de um repertório mínimo de indicadores de resultado e de impacto, com metas anuais e plurianuais, séries históricas e fontes de dados claramente identificadas. A consolidação de uma linha de base permitirá comparar cenários e aferir a efetividade de ações e programas, favorecendo correções de rota e priorização de investimentos. Espera-se que a vigilância socioassistencial passe a operar como instância de inteligência de dados para o governo municipal, produzindo boletins, painéis e relatórios periódicos que alimentem tanto a alta gestão quanto os conselhos de política e os serviços na ponta. Esse arranjo cria condições para institucionalizar avaliações de processo, de resultado e, quando possível, avaliações de impacto.

Sob a perspectiva da eficiência do gasto público, os planos fornecerão critérios objetivos para alocação e reprogramação orçamentária, com estimativas de custos por iniciativa e cronogramas físico-financeiros compatíveis com a capacidade de execução municipal. Ao explicitar prioridades, metas e prazos, os documentos reduzem improvisações e despesas não programadas, melhoram a aderência entre planejamento e orçamento e ampliam a probabilidade de execução orçamentária qualificada. Concomitantemente, espera-se ampliar a capacidade de captação de recursos externos, uma vez que a existência de planejamento vigente, aprovado e monitorado é exigência recorrente em editais e programas estaduais e federais, além de fundos vinculados como o FIA. O resultado econômico indireto é a elevação da taxa de sucesso em propostas, convênios e transferências voluntárias, com projetos melhor formulados e aderentes às diretrizes superiores.

No eixo de proteção social e garantia de direitos, os resultados esperados se traduzem em expansão e qualificação da cobertura de serviços, com desenho mais adequado aos perfis de vulnerabilidade identificados no território. Para a assistência social, espera-se maior equilíbrio entre oferta e demanda nos níveis de proteção básica e especial, melhor adequação de equipes e serviços por território e aprimoramento dos protocolos de acesso, acolhida e acompanhamento familiar. Para a política da criança



e do adolescente, prevê-se o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, com fluxos definidos entre rede de proteção, Conselho Tutelar, Ministério Público e Judiciário, priorizando prevenção, convivência familiar e comunitária e medidas socioeducativas em meio aberto com plano individual de atendimento qualificado. Para a política da pessoa com deficiência, almeja-se a implementação gradual de ações concretas de acessibilidade urbana e comunicacional, inclusão educacional e laboral, qualificação do transporte acessível e ampliação de apoios, com metas temporalmente definidas e indicadores que permitam medir progresso real na eliminação de barreiras.

No plano do controle social e da transparência, os planos deverão instituir rotinas de prestação de contas e comunicação pública dos avanços e desafios, com linguagem clara e versões acessíveis. O resultado é o fortalecimento dos conselhos setoriais como instâncias de deliberação e acompanhamento, com calendários de monitoramento e participação social em oficinas e audiências. A sociedade civil organizada passa a ter referência documental para dialogar com o poder público e cobrar resultados, enquanto a administração dispõe de instrumentos para justificar escolhas, priorizações e eventuais reprogramações, reforçando a accountability e a confiança institucional.

Em relação à capacidade administrativa, espera-se transferência metodológica para a equipe municipal, especialmente para a vigilância socioassistencial, que acompanhará toda a execução e incorporará procedimentos de coleta, tratamento e análise de dados. O produto intangível desse processo é o aprendizado organizacional, com padronização de formatos, templates, dicionários de dados e guias operacionais que poderão ser reutilizados em revisões futuras ou em outros instrumentos de planejamento setorial. Esse ganho reduz dependências externas no médio prazo e eleva a maturidade do planejamento municipal.

No que concerne à gestão de riscos, os planos deverão incluir matrizes de risco vinculadas a metas e iniciativas estratégicas, com identificação de ameaças críticas e definição de ações preventivas e de contingência. O resultado é uma cultura mais proativa de gestão, com monitoramento de sinais de alerta e respostas ágeis a eventos que possam comprometer a execução, como variações orçamentárias, alterações normativas, mudanças de equipe ou crises sanitárias e climáticas. Essa abordagem contribui para a continuidade de políticas públicas diante de mudanças de cenário.

Na dimensão da inclusão e acessibilidade, os documentos finais deverão atender a requisitos mínimos de acessibilidade digital e comunicacional, com versões eletrônicas navegáveis e recursos que facilitem a compreensão por públicos diversos. O resultado esperado é que pessoas com deficiência, conselheiros, trabalhadores e usuários dos serviços tenham meios efetivos de acessar e compreender as diretrizes e metas, ampliando a participação social qualificada e a efetividade do controle social.

Do ponto de vista territorial, os planos buscarão reduzir assimetrias internas por meio de análise socioterritorial que identifique áreas críticas e oriente a alocação de recursos e serviços. O resultado esperado é a focalização inteligente aliada à universalização progressiva, com metas específicas para territórios prioritários, o que tende a reduzir desigualdades intraurbanas e melhorar o acesso a direitos em áreas historicamente subatendidas.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Por fim, pretende-se alcançar maior previsibilidade e continuidade das políticas ao longo de ciclos de governo. Com instrumentos vigentes, calendarizados e monitoráveis, a administração eleva sua resiliência a descontinuidades, preserva aprendizados e encurta o tempo entre identificação de necessidades, formulação de respostas e entrega de resultados à população. Em síntese, os resultados pretendidos combinam produtos técnicos de alta qualidade com efeitos institucionais, econômicos e sociais concretos: documentos válidos e executáveis, governança intersetorial mais robusta, gasto público mais eficiente, maior captação de recursos, serviços mais bem distribuídos no território, participação e controle social fortalecidos, dados e evidências como base de decisão e uma gestão municipal mais capaz de promover proteção social, inclusão e garantia de direitos de forma sustentável e transparente.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)

O regime de prestação de serviços adotado será por escopo, conforme definição prevista no artigo 6º, inciso XLVI, da Lei nº 14.133 de 2021. Nesse regime, o contrato tem como objetivo a entrega de um resultado específico, previamente definido e mensurável, caracterizado pela execução de um conjunto de atividades que culminam em produtos finais determinados e verificáveis, não se tratando de prestação contínua de serviços nem de alocação de mão de obra.

No presente caso, o serviço a ser contratado compreende a elaboração dos quatro planos municipais, quais sejam, Plano Municipal de Assistência Social, Plano Decenal de Assistência Social, Plano Municipal da Pessoa com Deficiência e Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cuja execução envolverá etapas técnicas sucessivas e a entrega de produtos finais revisados e aprovados pela administração pública. A execução será considerada concluída com a entrega dos documentos finais, em formato físico e digital, acompanhados dos diagnósticos, metas, indicadores, metodologias e demais componentes previstos no termo de referência, devidamente validados pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania e pela Vigilância Socioassistencial.

O regime por escopo mostra-se o mais adequado à natureza do objeto, uma vez que permite a definição clara dos resultados esperados, dos prazos e das responsabilidades da contratada, assegurando controle administrativo eficiente e verificação objetiva da qualidade dos produtos entregues. O contrato será encerrado após a entrega e aprovação final dos planos, conforme os critérios técnicos estabelecidos pela administração municipal.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Antes da celebração do contrato, a administração municipal adotou providências voltadas à adequada estruturação técnica e institucional necessária para o



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

acompanhamento da execução dos serviços. Foi realizada a organização da Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, em cumprimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que orienta os municípios quanto à obrigatoriedade de implantação e funcionamento efetivo dessa unidade de apoio técnico à gestão do Sistema Único de Assistência Social.

A Vigilância Socioassistencial encontra-se em fase de consolidação e atuará como setor responsável pelo acompanhamento e pela supervisão técnica do desenvolvimento dos planos a serem elaborados. Compete a essa unidade garantir a coerência metodológica dos diagnósticos, a consistência dos dados utilizados e a conformidade dos produtos finais com as diretrizes nacionais e estaduais de planejamento da política de assistência social e das políticas correlatas.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Rosilei de Godois
Suplentes:	Ana Caroline Santini

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

A elaboração dos planos municipais previstos neste estudo técnico preliminar não possui dependência direta de outras contratações em andamento, tampouco condiciona a execução de futuros contratos de forma imediata. Entretanto, por sua natureza estratégica, esses planos possuem relação de complementaridade e integração com outras ações e instrumentos de gestão do Município de Dois Vizinhos, especialmente no âmbito da Secretaria de Assistência Social e Cidadania e de políticas públicas correlatas.

Os resultados decorrentes da execução contratual terão interface com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, uma vez que os produtos entregues fornecerão subsídios técnicos e diagnósticos atualizados para o aprimoramento da programação orçamentária municipal. Além disso, as informações e dados produzidos no processo de elaboração dos planos subsidiarão futuras contratações de natureza complementar, como capacitações para servidores, revisões de fluxos de atendimento, aperfeiçoamento dos sistemas de informação e atualização de cadastros e indicadores territoriais.

**15. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)**

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025. Essa ausência justifica-se em razão de fatores administrativos e institucionais que interferiram diretamente na etapa de planejamento das contratações municipais. No momento do fechamento do PCA referente ao exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania ainda não contava com agentes de contratação formalmente designados, situação que foi regularizada apenas posteriormente, com designações ocorridas em outubro de 2024 e março de 2025. A inexistência de equipe técnica responsável pela condução dos processos licitatórios inviabilizou a inserção desta demanda no planejamento anual, uma vez que não havia, à época, estrutura administrativa e pessoal qualificado para consolidar as informações e formalizar a previsão no sistema de planejamento de contratações.

Cumprir registrar que, para os exercícios subsequentes, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania adotará as medidas necessárias para que demandas semelhantes sejam incluídas no Plano de Contratações Anual, garantindo o alinhamento entre o planejamento setorial e o planejamento de compras e contratações do município. A inclusão prévia no PCA permitirá maior previsibilidade orçamentária, eficiência na execução e transparência na gestão dos recursos públicos.

Todavia, ressalta-se que algumas demandas relacionadas a políticas públicas não são passíveis de previsão no momento da elaboração do PCA, uma vez que podem surgir em decorrência de determinações judiciais, recomendações ministeriais, novas legislações ou mudanças de contexto social. O caso recente da criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e da consequente necessidade de elaboração do respectivo plano exemplifica essa situação, tendo sido originado por provocação do Ministério Público e pela necessidade imediata de conformidade com legislações federais.

Dessa forma, embora este processo específico não tenha constado no planejamento anual, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania reconhece a importância do alinhamento futuro de suas contratações com o PCA e reforça que as políticas já estruturadas ou em andamento terão o cuidado de serem devidamente previstas nos próximos exercícios, sem prejuízo da flexibilidade necessária para atender situações excepcionais e novas demandas que possam surgir ao longo da execução das políticas públicas municipais.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

() Global

() Lote(s) de Itens

(x) Por Itens



17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☐ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto desta contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do artigo 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133 de 2021, por se tratar de serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e no termo de referência, mediante especificações usuais de mercado. Ainda que envolva elaboração técnica e entrega de produtos intelectuais, a natureza do serviço é considerada comum porque segue parâmetros metodológicos amplamente reconhecidos e padronizados pelo Sistema Único de Assistência Social, pelos Conselhos Nacionais correspondentes e pelas legislações federais aplicáveis às políticas públicas envolvidas.

As etapas de execução, os produtos esperados, os prazos e as formas de entrega podem ser claramente descritos e avaliados por critérios objetivos, o que permite a adoção do pregão eletrônico como modalidade de licitação, conforme o artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133 de 2021. Dessa forma, a classificação do objeto como serviço comum garante maior competitividade, transparência e vantajosidade para a administração municipal, sem prejuízo da qualidade técnica dos produtos a serem entregues.

- ☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☒ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não será exigida garantia para a presente contratação. A decisão fundamenta-se no artigo 96, caput e §1º, da Lei nº 14.133 de 2021, que estabelece que a administração poderá, e não deverá, exigir garantia contratual, desde que tal medida se justifique pela natureza, vulto ou risco do objeto. No caso em análise, o objeto consiste em serviço técnico por escopo, de caráter intelectual e sem fornecimento de bens materiais ou execução de obras, cuja entrega será realizada mediante produtos documentais revisados e aprovados pela administração municipal.

A execução contratual não envolve riscos de dano ao patrimônio público, tampouco manuseio de equipamentos, insumos ou estruturas físicas que possam gerar prejuízo material. O risco financeiro também é reduzido, uma vez que os pagamentos serão efetuados de forma parcelada conforme o cumprimento das etapas e a entrega dos produtos previstos no termo de referência, assegurando o equilíbrio contratual e o controle administrativo.



Além disso, trata-se de contratação de baixo valor e de natureza predominantemente intelectual, o que afasta a necessidade de exigir garantias onerosas que poderiam restringir a competitividade do certame e desestimular a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. A ausência de exigência de garantia também se harmoniza com o princípio da economicidade e com a proporcionalidade entre o risco do contrato e as obrigações impostas ao contratado, conforme os entendimentos consolidados pelos órgãos de controle externo.

Dessa forma, diante da natureza do objeto, do baixo risco envolvido e da forma de pagamento condicionada à entrega dos produtos, conclui-se que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária nem vantajosa para a administração, sendo plenamente justificada sua dispensa neste processo.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

Conclui-se que a contratação é plenamente viável, necessária e vantajosa para o Município de Dois Vizinhos, uma vez que permitirá a elaboração dos planos municipais de Assistência Social, Decenal de Assistência Social, da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Criança e do Adolescente, instrumentos essenciais ao planejamento e à execução das políticas públicas. A opção pelo pregão eletrônico, com julgamento por menor preço por item, garante transparência, competitividade e economicidade, e o parcelamento do objeto em quatro itens distintos assegura melhor adequação técnica e eficiência administrativa. Não há impactos ambientais relevantes nem riscos que justifiquem a exigência de garantia contratual, estando o valor estimado compatível com o mercado e o processo em conformidade com a Lei nº 14.133 de 2021.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)

Pregão Eletrônico tradicional, critério: Menor preço, modo de disputa: aberto.

21. FONTE DE RECURSOS

- (x) Recursos Próprios
- () Recursos Estaduais
- () Recursos Federais

Dois Vizinhos, 7 de outubro de 2025.

Cátia Bonin

Secretária de Assistência Social e Cidadania

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 19025-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 883A-E0E6-4067-0E23

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **BIANCA CRISTINA SCHREIBER** (CPF 085.XXX.XXX-35) em 21/10/2025 08:36:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **CÁTIA BONIN** (CPF 007.XXX.XXX-46) em 21/10/2025 10:20:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ANA CAROLINE SANTINI** (CPF 107.XXX.XXX-36) em 21/10/2025 10:21:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **ROSILEI DE GODOIS** (CPF 003.XXX.XXX-50) em 21/10/2025 14:59:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MATEUS JOÃO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA** (CPF 102.XXX.XXX-51) em 22/10/2025 14:46:28 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/883A-E0E6-4067-0E23>